PORTARIA Nº 30 DE 29 DE JANEIRO DE 2013

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, substituta, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 172 do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e considerando a necessidade de estabelecer critérios para atuação dos profissionais em exercício no Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, Atendimento Educacional Especializado/Salas de Recursos e Itinerância nas unidades escolares da rede pública de ensino, observando os princípios constitucionais de publicidade e igualdade, para o regular exercício de organização dos serviços, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar na forma do Anexo I desta Portaria:

I - os critérios para distribuição de carga horária aos professores em exercício no Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recurso e Itinerância nas unidades escolares da rede pública de ensino;

II - os procedimentos para a organização do serviço e desenvolvimento das atividades de coordenação pedagógica.

Art. 2º A Subsecretaria de Educação Básica e a Subsecretaria de Gestão dos Profissionais da Educação, bem como as Coordenações Regionais de Ensino e as respectivas unidades escolares jurisdicionadas, são responsáveis, no exercício de suas competências regimentais, pela efetiva aplicação destas normas e o controle de sua fiel observância.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 26, de 02 de fevereiro de 2012, desta Secretaria.

MARIA LUIZA FONSECA DO VALLE

ANEXO I

Capítulo I

Do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem

1. A atuação do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem é caracterizada como um serviço de apoio técnico-pedagógico, de caráter multidisciplinar, prestado por profissionais com formação e devidamente habilitados em Pedagogia ou Psicologia.

2. Para atuar no Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, os profissionais devem atender aos seguintes requisitos:

I - Quando detentores de formação em Pedagogia:

a) ser ocupantes do cargo de Professor de Educação Básica ou Professor Classe A, da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal;

b) apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Magistério para Séries/Anos Iniciais, Educação Infantil e/ou Ensino Especial, ou diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de licenciatura plena em Pedagogia, que atenda o inteiro teor do contido na Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006, do Conselho Nacional de Educação.

II - Quando detentores de formação em Psicologia:

a) ser ocupantes do cargo de Analista em Gestão Educacional Especialidade Psicologia, da Carreira de Assistência à Educação, ou de Professor Classe A, concursado/ habilitado em Psicologia, da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal;

b) apresentar diploma, devidamente registrado, de obtenção do grau de Psicólogo e registro atualizado no Conselho Regional de Psicologia - 1ª Região, como estabelece a Lei Federal nº 5.766, de 1971.

3. Em qualquer das situações estabelecidas nos incisos I e II do item 2, os profissionais interessados devem, além de comprovar a habilitação profissional exigida, ser encaminhados pela Gerência Regional de Educação Básica da Coordenação Regional de Ensino para entrevista a ser realizada pelo Núcleo das Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem, da Coordenação de Ensino Fundamental, da Subsecretaria de Educação Básica.

4. Os profissionais com formação em Psicologia, devidamente habilitados, que atuam no Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem até a data da publicação desta Portaria podem continuar compondo o respectivo serviço, independentemente do cargo ocupado, até o provimento definitivo por profissionais concursados e nomeados para o cargo de Analista em Gestão Educacional, especialidade Psicologia.

5. A atuação do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem deverá ser direcionada para o assessoramento à prática pedagógica e ao acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem, em suas perspectivas preventiva, institucional e interventiva, sempre em articulação com os profissionais do Serviço de Orientação Educacional e do Atendimento Especializado/Salas de Recursos, quando se tratar dos estudantes com deficiência.

6. A atuação do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem abrange somente os Centros de Ensino Especial e as unidades escolares que ofertam a Educação Infantil e o Ensino Fundamental - Anos Iniciais, observando-se as seguintes diretrizes:

I - As unidades escolares com menos de 350 (trezentos e cinquenta) estudantes contarão com o serviço itinerante dos profissionais com formação em Pedagogia, que são lotados em unidades escolares pólos, previamente designadas pelas Gerências Regionais de Educação Básica das Coordenações Regionais de Ensino, enquanto não houver ampliação do quantitativo destes profissionais na rede pública de ensino do Distrito Federal;

II - As unidades escolares que possuam entre 350 (trezentos e cinquenta) e 900 (novecentos) estudantes contarão com 1(um) profissional fixo com formação em Pedagogia;

III - As unidades escolares que possuam entre 901 (novecentos e um) e 1.500 (um mil e quinhentos) estudantes contarão com 2 (dois) profissionais fixos com formação em Pedagogia;

IV - As unidades escolares que possuam a partir de 1.501 (um mil quinhentos e um) estudantes contarão com 3 (três) profissionais fixos com formação em Pedagogia;

6.1 Todas as unidades escolares que oferecem as etapas e modalidades de ensino mencionadas no caput contarão com a atuação itinerante dos profissionais com formação em Psicologia, na proporção de até 1.500 estudantes, que serão lotados nas unidades escolares pólos referidas no inciso I do item 6, enquanto não houver ampliação de seu quantitativo na rede pública de ensino do Distrito Federal.

6.2 Em virtude do atendimento a alunos com alto comprometimento nos Centros de Ensino

Especial, serão mantidos Psicólogos e Pedagogos independentemente do número de alunos.

6.3 As unidades escolares que se localizarem nas áreas de vulnerabilidade social, indicadas pelo Governo do Distrito Federal/CODEPLAN, e não atendam ao disposto nos incisos II, III e IV do item 6 contarão com 01 profissional fixo, com formação em Pedagogia.

Capítulo II

Do Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos e Itinerância/Escolas de Natureza Especial/Núcleo de Ensino das Unidades de Internação Socioeducativas/ Unidades Prisionais

7. O Atendimento Educacional Especializado realizado nas Salas de Recursos é definido nas Diretrizes Curriculares Nacionais como um serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso de estudantes com altas habilidades/superdotação) e complementa (para os estudantes com deficiência e Transtorno Global do Desenvolvimento - TGD) as orientações curriculares desenvolvidas em classes comuns em todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

7.1 A organização funcional da Sala de Recursos obedece a dois modelos básicos: Sala de Recursos Generalista e Sala de Recursos Específica.

7.2 Na Sala de Recursos Generalista são atendidos, individualmente ou em grupos, estudantes com deficiência intelectual/mental, deficiência física, deficiência múltipla e Transtorno Global do Desenvolvimento.

7.3 Os tipos de Salas de Recursos Específicas são: Sala de Recursos para Deficientes Auditivos, Sala de Recursos para Deficientes Visuais e Sala de Recursos para estudantes com Altas Habilidades/Superdotação.

8. A Itinerância é um atendimento ofertado a estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal, com deficiência, com a finalidade de viabilizar a remoção de barreiras ao desenvolvimento do estudante no processo de aquisição da aprendizagem.

8.1 Os professores itinerantes atenderão aos estudantes com deficiência visual, deficiência auditiva, altas habilidades/superdotação, na proporção de 01 professor por área de atendimento na Coordenação Regional de Ensino.

8.2 No Centro de Ensino Especial para Deficientes Visuais será previsto 1 (um) professor itinerante de surdocegueira, que é responsável pelo acompanhamento dos estudantes surdocegos da rede pública de ensino, e colaboração na avaliação funcional deles, juntamente com os professores que compõem o Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem da referida unidade escolar.

8.3 Para os alunos com deficiência intelectual, Transtorno Global do Desenvolvimento, deficiência física e deficiência múltipla o atendimento de itinerância só será ofertado mediante comprovação da ausência de Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos, na unidade escolar em que o estudante estiver matriculado e da impossibilidade de atendimento na unidade escolar mais próxima, mediante autorização da Coordenação de Educação Inclusiva da Subsecretaria de Educação Básica.

8.4 Dada a especificidade do atendimento do serviço de Itinerância, a Coordenação Regional de Ensino que julgar necessária a ampliação do quadro proposto, deverá, com anuência da Coordenação de Educação Inclusiva da Subsecretaria de Educação Básica, encaminhar pleito para avaliação da disponibilidade de pessoal pela Coordenação de Provimento, Movimentação e Modulação da Subsecretaria de Gestão dos Profissionais da Educação.

8.5 As Escolas de Natureza Especial terão a seguinte modulação:

- a) Escola dos Meninos e Meninas do Parque: 10 alunos por professor;
- b) Escola do Parque da Cidade – PROEM: 12 alunos por professor;
- c) Núcleos de Ensino das Unidades de Internação Socioeducativas: 20 alunos por professor;
- d) Unidades Prisionais: 15 alunos por professor.

9. Os profissionais interessados em atuar no Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos e Itinerância, além de comprovar que não participaram dos Procedimentos de Remanejamento Interno e Externo, devem apresentar a habilitação exigida, ser encaminhados pela Gerência Regional de Educação Básica da Coordenação Regional de Ensino para entrevista a ser realizada pela Coordenação de Educação Inclusiva da Subsecretaria de Educação Básica.

Capítulo III

Normas para a movimentação e exercício dos profissionais do Serviço Especializado Apoio Aprendizagem, do Atendimento Educacional Especializado/ Sala de Recursos e Itinerância.

10. Fica a cargo das Gerências Regionais de Educação Básica das Coordenações Regionais de Ensino e das Gerências Regionais de Gestão de Pessoas da Subsecretaria de Gestão dos Profissionais da Educação a execução dos procedimentos para movimentação e exercício dos profissionais do Serviço Especializado Apoio Aprendizagem, do Atendimento Educacional Especializado/ Sala de Recursos e Itinerância, conforme os critérios estabelecidos pela Subsecretaria de Educação Básica, na forma do quadro a seguir.

Critérios Para Movimentação E Exercício Dos Profissionais Do Serviço Especializado De Apoio À Aprendizagem, Do Atendimento Educacional Especializado/ Sala De Recursos E Itinerância	Tempo de Serviço por Matrícula/Ano/Habilitação	
	Carga Horária	
<ul style="list-style-type: none"> Atividade(s) Desenvolvida(s) na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal 	Professor 40h	Professor 20h
a) nas equipes de atendimento/ apoio à aprendizagem, nas equipes de atendimento psicopedagógico (ATP), nas equipes de avaliação/ diagnóstico do Ensino Especial e ainda no Atendimento Educacional Especializado/ Sala de Recursos e na Itinerância.	60 pontos por ano	30 pontos por ano
b) em regência de classe, nas unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal. c) em coordenação pedagógica local, nas unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal. d) em cargo comissionado de Diretor, Vice-Diretor, Supervisor e do anterior cargo de Assistente/Encarregado de unidade escolar da rede pública de ensino do Distrito Federal.	48 pontos por ano	24 pontos por ano
e) em cargo comissionado nas sedes da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e nas Coordenações Regionais de Ensino.	42 pontos por ano	21 pontos por ano
f) em atividades técnico-pedagógicas-administrativas nas unidades escolares e nas sedes da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e em suas Coordenações Regionais de Ensino.	36 pontos por ano	18 pontos por ano
<ul style="list-style-type: none"> Atividade(s) Exercida(s) na Área de Atuação Federal, Estadual / Distrital e/ou Municipal e Em Entidades de Classe Local ou Nacional 	Professor 40h	Professor 20h
g) como dirigente de entidade de classe.	18 pontos por ano	09 pontos por ano
h) em regência de classe em unidade escolar da Rede Pública de Ensino de outra Unidade da Federação. i) em contratos temporários como professor substituto.	09 pontos por ano	4,5 pontos por ano
j) no Ministério da Educação em atividades técnicas, pedagógicas ou administrativas (aquelas relacionadas à pesquisa, planejamento, avaliação na área educacional e/ou desenvolvimento de projetos educacionais) devidamente comprovadas.	09 pontos por ano	4,5 pontos por ano
<ul style="list-style-type: none"> Formação Pedagógica / Titulação (na área de atuação e/ou Educação) 	Professor 40h	Professor 20h
k) Diploma de Licenciatura Plena na área de educação.	1ª LP: 28 pontos 2ª LP: 14 pontos A partir da 3ª LP: 07 pontos cada	
l) Diploma de Curso de Pós-Graduação Lato-Sensu, em nível de especialização, obtido em instituição de ensino, conforme normatizado pela Resolução N° 01/2007, em áreas educacionais com carga horária mínima de 360 horas.	1º certificado: 45 pontos 2º certificado: 30 pontos A partir do 3º certificado: 15 pontos por certificado	
m) Diploma de Curso de Pós-Graduação Stricto-Sensu, nível de Mestrado.	100 pontos por título	
n) Doutorado.	200 pontos por título	
<ul style="list-style-type: none"> Qualificação Profissional 		

o) Cursos de capacitação ofertados pela SEEDF/EAPE, órgãos públicos, instituições de ensino superior, entidades de classe, cursos de empresas contratadas pela SEEDF, ou cursos credenciados por empresas junto à SEEDF/EAPE	A soma da carga horária de todos os cursos deve ser dividida por 80, atribuindo-se 1 ponto a cada 80 horas
p) Cursos de Educação Inclusiva. Somente serão aceitos os cursos que podem ser utilizados para fins de progressão na Carreira Magistério Público do Distrito Federal, conforme site www.se.df.gov.br .	A soma da carga horária de todos os cursos deve ser dividida por 60, atribuindo-se 1 ponto a cada 60 horas

10.1 Em caso de redução do número de estudantes atendidos pelo Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, no Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos e na Itinerância, os professores excedentes serão devolvidos à Gerência Regional de Gestão de Pessoas da Subsecretaria de Gestão dos Profissionais da Educação, para adquirirem novo exercício em outra unidade escolar e/ou em outras atividades dos serviços, em caráter provisório, observando a seguinte ordem de devolução:

- a) requisitado de outra Unidade da Federação;
- b) em exercício provisório, com data de admissão mais recente, na matrícula atual, sendo que, caso haja mais de um professor nesta situação, será devolvido o que tiver maior classificação no concurso público;
- c) remanejado de ofício, com data de admissão mais recente na matrícula atual;
- d) com lotação na Coordenação Regional de Ensino e menor pontuação no quadro do item 10 desta Portaria.

11. A universalização da oferta do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem para outras etapas e modalidades de ensino, não mencionadas no item 6, será planejada pela Coordenação Regional de Ensino, estando sua execução condicionada à:

I - existência do quantitativo necessário de profissionais com formação em Psicologia e Pedagogia, em número correspondente às unidades escolares que oferecem a Educação Básica;

II - autorização da Subsecretaria de Educação Básica e da Subsecretaria de Gestão dos Profissionais da Educação para alocação desses profissionais no referido Serviço.

12. Os profissionais do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, do Atendimento Educacional Especializado/ Sala de Recursos e Itinerância ocupantes dos cargos de Professor de Educação Básica ou Professor Classe A, ocupantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, farão jus à Gratificação de Atividade em Regência de Classe, em face da natureza das atividades prestadas pelo serviço, caracterizadas como de suporte técnico-pedagógico de atuação direta junto aos estudantes.

13. Os profissionais do Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos e da Itinerância farão jus também ao pagamento da Gratificação de Atividade de Ensino Especial.

Capítulo IV

Normas para as Atividades de Coordenação Pedagógica do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos e Itinerância

14. A coordenação pedagógica local abrigar-se-á no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, no que se refere às atividades individuais e coletivas, bem como às internas e externas.

15. As horas de trabalho destinadas à coordenação pedagógica constarão do horário do professor, devendo ser planejadas, cumpridas e registradas na folha de frequência.

16. O profissional que atua no Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, no Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos e na Itinerância que trabalham 40 (quarenta) horas semanais, ou seja, 20 (vinte) horas mais 20 (vinte) horas deverá participar, semanalmente:

- a) às quartas-feiras, da coordenação coletiva da unidade escolar, em turnos alternados;
- b) às sextas-feiras, no turno matutino, da coordenação pedagógica da Coordenação Regional de Ensino, sob supervisão da Gerência Regional de Educação Básica.

16.1 Às sextas-feiras, no período vespertino, e às quartas-feiras, de forma alternada, serão destinados à coordenação individual, podendo, inclusive, serem realizadas fora do ambiente da unidade escolar.

17. Os profissionais do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, do Atendimento Educacional Especializado/ Sala de Recursos e Itinerância poderão ser dispensados no horário de coordenação pedagógica para participarem de cursos oferecidos pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Subsecretaria de Educação Básica e cujo conteúdo programático esteja coadunado com as atribuições do serviço.

17.1 Excepcionalmente, quando se tratar de assessoria em serviço planejada pela Coordenação de Ensino Fundamental, os profissionais que compõem o Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem podem participar de atividades de formação, em período fora do horário de coordenação pedagógica, desde que por solicitação da Subsecretaria de Educação Básica.

18. O professor que trabalha 40 (quarenta) horas semanais, ou seja, 20 (vinte) horas mais 20 (vinte) horas, nos Centros de Ensino Especial em Atendimento Educacional Especializado Complementar para estudantes incluídos em unidades escolares comuns e/ou no Serviço de Orientação ao Trabalho-SOT deverá participar:

- a) às quartas-feiras, da coordenação coletiva da unidade escolar, em turnos alternados;
- b) às sextas-feiras, no turno matutino, da coordenação pedagógica da Coordenação Regional de Ensino, sob supervisão da Gerência Regional de Educação Básica.

19. Os dias de formação continuada do profissional que atua no Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, no Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos e na Itinerância, fora do âmbito da unidade escolar, serão definidos pela Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais em Educação - EAPE, conforme a proposta anual de cursos, não devendo coincidir com as quartas-feiras ou com o dia dedicado à coordenação coletiva por área, de acordo com serviço de atuação do professor.

19.1. O dia estabelecido pela Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais em Educação – EAPE poderá ser substituído, mediante justificativa apresentada pelo profissional e acatada por seus pares na coordenação coletiva.

20. O profissional que atua no Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, no Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos e na Itinerância será dispensado, em casos extraordinários, no horário de coordenação pedagógica, para participar de atividades ou programas de formação quando:

- a) convocados por um dos órgãos da Secretaria de Estado de Educação, inclusive Coordenações Regionais de Ensino;
- b) previstos no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar.

21. Será de responsabilidade dos diretores das respectivas unidades escolares o planejamento e

a execução da coordenação pedagógica local do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, do Atendimento Educacional Especializado/ Sala de Recursos e Itinerância, inclusive no que tange a organização administrativa e funcional dos profissionais que compõem estes atendimentos, contando, para tanto, com a colaboração das demais esferas administrativas e pedagógicas de âmbito intermediário e central da Secretaria de Estado de Educação.

22. Será de responsabilidade dos Coordenadores Regionais de Ensino, em parceria com as respectivas Gerências Regionais de Educação Básica, supervisores e coordenadores pedagógicos locais das unidades escolares vinculadas, o planejamento e a execução da coordenação pedagógica intermediária do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, do Atendimento Educacional Especializado/ Sala de Recursos e Itinerância, em especial, as ações relacionadas à adequada operacionalização do serviço/atendimento, contando, para tanto, com a colaboração das demais esferas administrativas e pedagógicas de âmbito central da Secretaria de Estado de Educação.

23. Será de responsabilidade do Subsecretário de Educação Básica, por meio de suas Coordenações e respectivas Gerências, o planejamento e a execução da coordenação pedagógica central do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, do Atendimento Educacional Especializado/ Sala de Recursos e Itinerância, bem como a implementação e divulgação das orientações pedagógicas específicas para o desenvolvimento do serviço/atendimento, e contarão com a participação das coordenações pedagógicas intermediárias das Coordenações Regionais de Ensino, dos supervisores e dos coordenadores pedagógicos locais das unidades escolares.

24. A coordenação do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem localizada nos Centros de Ensino Especial, que atua, exclusivamente, junto aos estudantes destas unidades escolares, ocorrerá em nível intermediário com a Gerência Regional de Educação Básica das Coordenações Regionais de Ensino e, em nível central, com o Núcleo das Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem, da Coordenação de Ensino Fundamental, da Subsecretaria de Educação Básica.

25. A carga horária de 40 (quarenta) horas semanais no turno diurno para os professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado/Salas de Recursos, Itinerância, Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, no Atendimento Educacional Especializado Complementar e no Serviço de Orientação ao Trabalho – SOT, em Centros de Ensino Especial, é de 15 (quinze) horas aula em atendimento ao estudante e 8 (oito) horas em coordenação pedagógica, por turno.

26. Fica atribuída à Subsecretaria de Educação Básica, às Coordenações Regionais de Ensino e às unidades escolares a responsabilidade conjunta pelo cumprimento e implementação das normas contidas nesta Portaria.

27. No procedimento de organização do serviço, em hipótese alguma, será contado o tempo de efetivo exercício prestado à Carreira Assistência à Educação ou o tempo contado para fins de aposentadoria no Magistério Público.

28. O exercício na unidade escolar é dado após a participação no procedimento de organização dos serviços e terá efeito somente para o ano letivo a que se refere.

29. Após o procedimento de organização do serviço, o professor que for remanejado para outra unidade escolar, ou para regência na mesma unidade escolar, no decorrer do ano letivo, estará em situação provisória naquela unidade, devendo participar do Procedimento de Remanejamento Interno/Externo.

29.1. Em caso de permuta, os profissionais manterão a mesma condição de exercício (provisório ou definitivo) na unidade escolar do permutante.

30. Caso haja necessidade de mudança do local de oferta do serviço/atendimento, devido à adequação da capacidade física, o profissional que optar por manter a sua atuação, terá garantido o seu exercício no serviço/atendimento na outra unidade escolar ou, caso haja carência, poderá optar pela regência, em situação provisória, na unidade escolar atual.

Capítulo V Distribuição de Carga Horária

31. Os profissionais em usufruto de licença para acompanhar pessoa doente na família e licença médica para tratar da própria saúde poderão participar, por meio de procurador constituído por declaração de próprio punho, do procedimento de organização dos serviços.

32. Os profissionais que por motivo de afastamento, devidamente autorizado pela Secretaria de Estado de Educação, para participação em seminários, congressos e similares e que não puderem estar presentes quando da distribuição de turmas, poderão participar do procedimento de organização dos serviços, por meio de procurador constituído por declaração de próprio punho.

33. O profissional que estiver em usufruto de Licença Gestante, Licença Paternidade, Licença Adotante, Licença Prêmio por Assiduidade, ou esteja no Programa de Readaptação Funcional poderá participar normalmente do procedimento de organização dos serviços.

34. Fica vedado o encaminhamento ou aproveitamento dos profissionais do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, do Atendimento Educacional Especializado/ Sala de Recursos e Itinerância para atividades desvinculadas da especificidade que caracteriza este serviço/atendimento, especialmente aquelas relacionadas à substituição de docentes.

35. Os casos omissos serão analisados e decididos pelo Secretário de Estado de Educação.

Este texto não substitui o original publicado no DODF de 01/02/2013 p 20.

Os anexos constam no DODF.